



**Manchester  
Metropolitan  
University**

---

Cardoso, Daniel ORCID logoORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7864-7531>  
(2018) Notas sobre a Criança transviada: considerações queerfeministas sobre infâncias. *Periódicus : revista de Estudos Indisciplinares em Gêneros e Sexualidades*, 1 (9). pp. 214-233. ISSN 2358-0844

---

**Downloaded from:** <https://e-space.mmu.ac.uk/624042/>

**Version:** Published Version

**Publisher:** Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia

**DOI:** <https://doi.org/10.9771/peri.v1i9.25755>

**Usage rights:** Creative Commons: Attribution 4.0

Please cite the published version

<https://e-space.mmu.ac.uk>



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 9, v. I | maio.-out. 2018  
p. 214-233.

# Notas sobre a Criança transviada: considerações queerfeministas sobre infâncias

Daniel Cardoso<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este texto contribui para uma análise crítica das questões políticas e de cidadania da figura da “Criança” e, de modo mais geral, da juventude, fazendo uma resenha da forma como a Criança tem sido construída enquanto um corpo ‘natural’, branco, heterossexual, patriarcal e classista. Esta resenha é feita a partir de várixs autorxs *queer* e feministas, e a sua leitura conjunta mostra como o conceito tem sido historicamente usado para sustentar o heteropatriarcado branco de classe alta, e como esta ordem discursiva continua a ser reintegrada pelo feminismo liberal e pelo movimento LGBT *mainstream*. O artigo encerra com um ponto de resistência: a partir da crítica de Edelman e das releituras que Stockton faz a várias obras famosas, considera-se como a Criança pode ser lida enquanto transviada, e como esse processo é fundamental para a dissolução de sistemas discriminatórios de cidadania que naturalizam relações de dominação e objectificação política contra certos corpos, considerados dissidentes, cujo crescimento não é visto como ‘ortopedicamente’ correcto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Criança, *queer*, feminismo, cidadania, idadeismo.

**Abstract:** This paper contributes to a critical analysis of the political and citizenship issues around “the Child” and, overall, of youth, by summarizing how the Child has been construed as a ‘natural’, white, heterosexual, patriarchal and classista body. This summary stems from the work of several queer and feminist authors, and their joint work demonstrates how this concept has been historically mobilized to support white, high-class, heteropatriarchy, and how this discursive order continues to be redeployed by liberal feminism and mainstream LGBT movements. The paper ends on resistance: from Edelman’s critique and the re-readings by Stockton of several famous works of art, I intend to demonstrate how the Child can be seen as growing sideways, and how this process is fundamental to the dissolution of discriminatory systems of citizenship that naturalize relationships of domination and objectification against certain bodies, considered to be dissident, with an ‘orthopedically’ incorrect growth.

**Keywords:** Child, *queer*, feminism, citizenship, ageism.

**Resumén:** Este texto contribuye a un análisis crítico de las cuestiones políticas y de ciudadanía de la figura del “Niño” y, de modo más general, de la juventud, haciendo una reseña de la forma en que el Niño ha sido construido como un cuerpo “natural”, blanco, heterosexual, patriarcal y clasista. Esta reseña se hace a partir de varixs autorxs *queer* y feministas, y su lectura conjunta muestra cómo el concepto ha sido históricamente utilizado para sostener el heteropatriarcado blanco de clase alta, y cómo este orden discursivo continúa siendo reintegrado por el feminismo liberal y el movimiento LGBT de corriente. El artículo concluye con un punto de resistencia: a partir de la crítica de Edelman y de las relecturas que Stockton hace a varias obras famosas, se considera como el Niño puede ser leído como oblicuo, y como ese proceso es fundamental para la disolución de sistemas discriminatorios de ciudadanía que naturalizan relaciones de dominación y objetivación política contra ciertos cuerpos, considerados disidentes, cuyo crecimiento no es visto como ‘ortopedicamente’ correcto.

**Palabras clave:** Niño, *queer*, feminismo, ciudadanía, ageismo.

<sup>1</sup> Doutor em Comunicação Social pela Universidade Nova de Lisboa. Professor da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa. E-mail: danielcardoso@gmail.com

Recebido em 27/02/18

Aceito em 26/03/18

## 1. Introdução

Existe uma frase famosa, em língua inglesa, que é geralmente usada ironicamente por quem critica políticas neoliberais associadas a medidas censórias, de vigilância, ou prescritivas, por parte do Estado – “Won’t you think of the children?” Essa frase é também famosamente empregue para negar a pessoas consideradas ‘desviantes’ do sistema sexo-gênero vigente os seus direitos: “as crianças” ficam em perigo (ou ficam em perigo de ficar em perigo) por serem adoptadas por pessoas do mesmo gênero, ficam em perigo por estarem integradas em famílias poliamorosas, ficam em perigo por receberem uma educação fora do sistema binário de gênero, ficam em perigo por terem contacto com pessoas trans, ficam em perigo por assistirem ou se integrarem em performances artísticas nas quais exista nudez, ficam em perigo por receber educação sexual não-heterossexista... a lista é potencialmente infinita, na medida em que essas crianças não existem senão enquanto tropos retóricos. A Criança contemporânea não é um sujeito político plenipotenciário, é um *objecto* político absolutamente plástico, detido por adultxs, para adultxs, contra adultxs.

Este artigo parte da ideia de uma Criança como algo natural e demonstra como essa natureza resulta de uma construção política. Porém, essa natureza não fica fechada sobre si mesma – tem implicações que se estendem ao sistema de sexo-gênero (heteropatriarcal e cisgênero), ao sistema racista (de supremacia branca), a uma visão classista capitalista e, claro, tudo isso se condensa numa postura idadista sobre a cidadania. Esse subtexto histórico e político não afecta apenas pessoas que são abarcadas sob o conceito de “Criança”: o seu alcance, tendo em conta que essa Criança é um *objecto* político, estende-se a todas as formas de dissidência.

O presente trabalho dá conta das fontes dessa análise, facilita uma leitura conjunta das críticas que são feitas à ideia de Criança e expõe-na enquanto *destruição*, em contraponto à visão teleológica vigente, que a aponta como projecto de construção.

Aquilo que não é possível fazer, a partir dessas críticas – pois seria intrinsecamente contraditório às mesmas – é chegar a uma definição de juventude, criança ou adolescente ‘melhor’. Aliás, vários autores (e.g.: BURMAN; STACEY, 2010; COBB, 2005) apontam justamente a *falta* de reflexão sobre o tópico da juventude, cheio de contradições. Assim, o trabalho que se segue não pretende resolver essas contradições, mas pensá-las enquanto tais e daí derivar uma proposta de resistência.



## 2. A ‘natureza’ da Natureza: críticas ao desenvolvimentismo teleológico

Se houve, ao longo dos últimos séculos, uma passagem de visões naturalizantes da Criança, para visões fundadas no construtivismo social e cultural que, ao mesmo tempo, não deixam de lado o corpo, como é o caso da biossocialidade (RABINOW, 1996), também é verdade que as ciências biológicas têm tido um impacto considerável em definir e tornar legível o corpo. A busca por uma verdade do corpo (ainda que se reconhecendo a interacção com o ambiente) continua a ser um projecto científico actual, e uma forma de transmissão de saberes ao nível da cultura popular, muitas vezes na sua faceta essencialista. A visão dualista supõe que “o social e o biológico são esferas de actividade ontologicamente separadas” cujos modos de funcionamento são fundamentalmente incomunicantes (LEE; MOTZKAU, 2011, p. 7) e, segundo Lee e Motzkau, tem sido essa a grelha que orienta boa parte das questões de investigação feitas.

Taylor explora também a forma como a noção de natural institui, na verdade, uma ordem moral, por ligação a uma pureza de ordem última. Associado a esse poder moral surge o imperativo de protecção da pureza natural: “perda, perigo, pureza, contaminação, protecção e recuperação são todos tropos recorrentes que são reiterados [...] nos discursos paralelos da natureza selvagem e da inocência” (2011, p. 429) que deveriam estar presente na juventude. Dentro desse contexto, a pessoa jovem é definida como “problemática, fora de controlo [...] e, concomitantemente, a necessitar de controlo por parte de outros (LESKO, 1996, p. 143). A infância e adolescência derivam, então, de um “modelo de causalidade biológica, onde [...] as mudanças são primárias e unidireccionais”, vistas “como coisas fora de controlo” (1996, p. 150, 153).

Para combater o constante ziguezague entre natureza e cultura (particularmente presente no constante retorno do debate *nature/nurture*), Taylor baseia-se em Prout para afirmar que é preciso repensar a ontologia da juventude como “nem ‘natureza’ nem ‘cultura’, mas como uma multiplicidade de ‘naturezas-culturas’” (Prout in TAYLOR, 2011, p. 430), como *agenciamentos*<sup>2</sup> no sentido deleuziano (DELEUZE; GUATTARI, 2007, p. 22). Claudia Castañeda, por seu lado, recorre a leituras dissonantes de Judith Butler e de Teresa de Lauretis para conceptualizar o agenciamento, não do corpo nem do Jovem, mas da natureza: “o mundo tem que estar incluído tanto na sua própria produção, como no nosso conhecimento [dele]”; “ao passo que o mundo, ou

---

<sup>2</sup> Note-se que, na versão original francesa, a palavra usada é *agencement*; na tradução portuguesa citada o termo surge vertido como “agenciamento”. Em inglês, porém, usa-se “*assemblage*”, ou seja, montagem, para ilustrar mais directamente o sentido de criação de sentido a partir da ligação de elementos até então desconexos entre si.



natureza, é formativo do nosso conhecimento, nós não conhecemos o mundo e o seu agenciamento de forma plena” (CASTAÑEDA, 2002, p. 166).

Um ponto de ancoragem principal dessa reinscrição do biológico é o desenvolvimentismo, e a idade como marcador veridictivo do corpo, da identidade, da subjectividade. Esse é, por exemplo, o critério principal utilizado na CSDC. Mas nada há de natural no uso da idade como medida primordial de acesso à avaliação das competências e expectativas de pessoas jovens. Segundo relata Woodhead (2009, p. 21), uma investigação feita com crianças no Bangladesh “revelou que muitas crianças não sabiam que idade tinham”.

A idade é um elemento altamente funcional dentro da concepção Ocidental de infância, já que permite uma administração e normalização cuidada de tempos, espaços e competências. Por detrás de expressões como “estar no limiar”, “na transição” ou “chegar à” idade adulta opera uma visão teleológica e funcionalista da existência dxs jovens: existem para chegar a adultxs. Esses termos – que constituem, para Trinh (in LESKO, 1996), o uso de uma linguagem “homilética” – têm como vantagem reafirmar a importância, não de jovens, mas dos discursos de especialidade que fazem com que jovens (em particular, adolescentes) sejam “esvaziadxs, tornadxs liminais, e depois reconstituídxs através de descritores científicos e práticas escolares” (1996, p. 149).

Por seu lado, os marcadores relacionados com estabilidade ou com o atingir de um determinado estado psicológico – de maturidade, de auto-realização, entre outros – suportam a noção de que “a idade adulta está no fim de uma viagem de desenvolvimento psicológico básico” – ou seja, um “modelo teleológico [...] como base para a avaliação das práticas e orientações das pessoas jovens” (BLATTERER, 2010, p. 774). Esse modelo faz essa teleologia individual condensar o desenvolvimento histórico, num “desejo para que a biologia reproduza a História” (BURMAN; STACEY, 2010, p. 231).

Tal como a idade enquanto marcador não é universal, também esta visão que aborda as crianças como *tabula rasa* que passa por um processo de maturação não o é: é comum na África subsaariana a ideia de que, para a criança poder nascer, tem de *desaprender* o que trouxe da sua vida anterior (WELLS, 2009, p. 2, 3). Castañeda considera que a criança e x adolescente são frequentemente tratadxs como “entidades em processo de ser”, o que marca assim a sua “disponibilidade [...] e valor enquanto recurso cultural” (CASTAÑEDA, 2002, p. 1). Assim :



O ideal é ser-se adultx e jovem mas não adolescente: estar aberto à mudança, mas de forma responsável; estar disposto a viver apenas no presente, mas investindo num futuro seguro; ser madurx, mas não acomodadx; improvisar, mas sabendo-se o que se quer – ser adultx mas recusar assentar (BLATTERER, 2010, p. 69).

É preciso considerar aqui o aspecto espectral da figura referente por detrás do desenvolvimentismo: o adulto. De acordo com a crítica feita por Harry Blatterer, a investigação sociológica e histórica que se foca no estudo de crianças e jovens do ponto de vista desenvolvimentista esquece-se de contextualizar esse mesmo ponto de terminação. A visão de uma idade adulta adiada ou rejeitada, e de uma adolescência estendida ou prolongada é, para esse autor, derivada do uso de uma figuração dx adultx que não corresponde às contemporâneas realidades (BLATTERER, 2010, p. 776). Isso gera um “hiato normativo entre expectativas e realidades”: entre aquilo que é suposto a idade adulta ser e as condições correntes a que xs jovens têm acesso (2010, p. 778). As alterações no entendimento contemporâneo do que é a identidade jovem implicam alterações no entendimento do que é ser adultx.

Assim sendo, olhar para os indicadores demográficos que apontam, por exemplo, uma saída cada vez mais tardia de casa dxs educadorxs pode ser visto como uma ampliação da adolescência – mas pode também ser visto como uma alteração das condições de possibilidade da idade adulta. Isso raramente acontece, porém. Se a mobilidade (física, de empregabilidade, psicológica, ...) é uma exigência, então entender a idade adulta como estabilidade é supor uma concepção de adultx incapaz de dar resposta às condições actuais e não questionar criticamente a componente contextual e macro-social na formação do que é ser-se adultx. Se a formulação da idade adulta está a alterar-se, então é fundamental que as avaliações feitas das competências, comportamentos e (auto-)percepções se ajustem a isso. A insistência num determinado modelo de ser adultx denota a sua relevância enquanto estrutura de poder-saber inserida numa lógica que aponta para o futuro mas que se constitui no e através do presente.

### 3. A Criança como fundamento colonialista

Tanto numa abordagem mais sociológica como numa abordagem mais biológica, a construção da juventude foi feita, repetidamente, com recurso aos ideais normativamente Ocidentais e brancos do que é ou pode ser lido como o normal. Assim, a importância da corporalidade encontra uma expressão específica na interacção entre a juventude e o racismo e, num outro nível, o classismo.





As concepções de século XIX baseadas na visão darwinista<sup>3</sup> de infância e desenvolvimento são um dos exemplos mais evidentes disso mesmo, fazendo equacionar o homem ocidental com o pináculo desenvolvimentista. A teoria da recapitulação (de que o desenvolvimento ontogénico de cada ser repete o desenvolvimento filogénico da espécie em que se insere), aplicada ao desenvolvimento humano, fundamenta a mundovisão colonialista dentro da qual essa própria teoria surge. Para Jo-Ann Wallace, “é como ‘primitiva’ ... que ‘a criança’ representa para o Ocidente tanto o nosso passado individual como racial: a criança é aquele ‘antigo bocado de história’ cuja presença já deixou a sala” (in CASTAÑEDA, 2002, p. 14), e a dinâmica pai/filho serve como fundamento e analogia para a díade colonizador/colonizado. Herbert Spencer, um autor famoso da altura, escreveu em 1860: “Durante os seus primeiros anos, cada homem civilizado passa por aquela fase de carácter que é visível na raça bárbara da qual descende” (in CASTAÑEDA, 2002, p. 21), demonstrando bem como há uma “intersecção histórica e confluência dx ‘selvagem’ e da criança” (EGAN; HAWKES, 2013, p. 646). Como Stephen Gould (2008, p. 145) nota, a comparação entre xs ‘selvagens’ e xs jovens não é nova mas, nessa altura, torna-se parte do consenso científico.

A investigação científica norte-americana focava-se mais na diferenciação racial através da análise da evolução cerebral e craniana. Dunn escreve, em 1864: “o cérebro humano, no seu desenvolvimento, passa pelas características que se se exibem nas nações Negra, Malaia, [Nativo] Americana e Mongol, e finalmente torna-se Caucasiano” (in CASTAÑEDA, 2002, p. 39); por virtude disso, apenas os homens caucasianos chegavam de facto ao pináculo do desenvolvimento humano total (LESKO, 1996, p. 146). Isso ajuda a compreender a importância que mulheres, não-brancxs e jovens têm como objectos de estudo – todos os três (bem como os paralelismos feitos entre eles) constituem posições de alteridade face ao homem Ocidental branco (LESKO, 1996, p. 147); Gould (2008, p. 135) fornece uma visão bastante abrangente dos principais autores da época e de como circulavam facilmente entre ‘o Negro’, as crianças, as mulheres e os símios superiores. Outra comparação comum era entre crianças de classe baixa e adultos criminosos ‘degenerados’ (GOULD, 2008, p. 156).

Já depois da segunda metade do século XX, a ideia de recapitulação foi progressivamente substituída pela de neotenia – o raciocínio inverte-se aqui, no qual “os grupos superiores retêm as suas características infantis enquanto adultos, ao passo que os grupos inferiores passam pela fase mais elevada da infância e depois degeneram” (GOULD, 2008, p. 149). Sob essa perspectiva, e usando como exemplo o trabalho de Eysenck, xs jovens não-brancxs desenvolvem-se cedo

<sup>3</sup> Convém aqui ressaltar que, no entanto, a visão que o próprio Darwin apresenta da maturação da criança não segue os princípios da teoria da evolução que o autor criou (CASTAÑEDA, 2002, p. 20).



demaís, sucedendo o mesmo com as crianças brancas de classe baixa (2008, p. 150, 151). Independentemente de qual o sentido da teoria na relação entre desenvolvimento, infância, raça e classe, a conclusão permanece a mesma: a juventude é um *locus* de gestão adulta para a produção de uma sociedade melhor.

A recente investigação da área da neurologia também retoma o modelo de recapitulação, embora sob outra forma: “o cérebro-infantil em desenvolvimento contém em si mesmo elementos cerebrais reptilianos”, e a existência de seis diferentes camadas no cérebro implica um “processo filogeneticamente progressivo” de integração entre as componentes mais primitivas e as mais recentes, sendo que esse processo de integração (que acontece ao longo da maturação dx jovem) reflecte, ainda que indirectamente, a evolução humana (CASTAÑEDA, 2002, p. 71, 72) – mesmo quando afinal os resultados (também) vêm de cérebros de gatos (2002, p. 63).

Há uma profunda desigualdade na forma como os saberes científicos contemporâneos são criados e circulam globalmente. Muita da investigação é feita com modelos universalistas do que é a juventude e o desenvolvimento, que seguem uma retórica teleológica tida *a priori* como auto-evidente. A par disso, boa parte da investigação existente e utilizada na literatura académica está baseada nas experiências de jovens da Europa e da América do Norte – maioritariamente brancxs e de classe média. As historiografias de outras juventudes ou o surgimento de outros modos de conhecimento não necessariamente vinculados filosoficamente ao quadro conceptual ocidental europeu estão ainda em falta e sub-divulgados. O trabalho político feito com esse conhecimento é revelador de pressupostos etnocêntricos. Faz sentir-se na legislação internacional sobre a infância e a Criança o pendor de uma visão do Norte Global do que a Criança é e deve ser (BURMAN; STACEY, 2010, p. 230)

#### 4. Os jovens como já-hetero e as tensões com a construção de género e sexo

Defende Lesko que não são apenas preocupações sobre o *status quo* branco e de classe média que têm orientado a produção discursiva sobre a juventude: também estavam implicadas

preocupações sobre masculinidade, força e dominância [...] em que preocupações sobre a civilização e o progresso económico estavam entretecidas junto com assuntos de género e dominância no seio da família, do trabalho e da pesquisa científica (LESKO, 1996, p. 145).





Dentro ou fora do campo da investigação, rapazes e raparigas ocupavam posições diferentes: já desde o século XVI que eram as roupas dadas aos jovens rapazes (por volta dos sete anos) que se afastavam das vestimentas até esse ponto pouco diferenciadas por género; e a generalidade do que se dizia sobre as crianças que, como se viu acima, queria dizer ‘crianças de classe média’, tinha também incorporada a expectativa de masculinidade (GITTINS, 2009, p. 44, 45). Nesse aspecto, os estudos da juventude obscurecem que a adolescência é algo de consideravelmente diferente, do ponto de vista experiencial, para rapazes e raparigas (MCNAMEE, 2000, p. 480), e ainda mais se considerarmos o apagamento sistémico de pessoas que caem fora do sistema binário de género e pessoas intersexo. A menos, claro, que a retórica a ser usada tivesse que ver com a necessidade de gestão, defesa de valores ou imposição de princípios: nesse caso, corpos e ideias de Mulher e Criança são feitas confluír para uma mais eficiente gestão dos que não constituem o sujeito masculino branco (BURMAN; STACEY, 2010, p. 236), em particular nos casos em que a temática gira em torno da sexualidade.

Christine Griffin considera que a adolescência é “um *dos* momentos-chave no qual a heterossexualidade pode ser disposta, e em que as jovens mulheres (e homens) podem ser ‘ganhos’ para o lado da heterossexualidade patriarcal” (in PINTO; NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 307 *itálico no original*). Há um apagamento implícito de praticamente tudo o que não sejam marcadores sociológicos orientados para um sistema familiar hetero-mono-normativo: casar, ir morar com umx parceirx romântico e ter filhxs, são progressões que apenas podem ser construídas como normais ou naturais dentro da dinâmica heterossexual reprodutiva. Como afirma Kathryn Stockton, é revelador o facto de que

nos muitos livros da história-da-infância que afirmam cobrir a história das crianças desde os primórdios do ‘Ocidente’, não há menções a orientações sexuais não-normativas na infância, ou a crianças que se identifiquem como ‘gay’ ou ‘lésbica’ (STOCKTON, 2009, p. 9).

As questões de género e de orientação sexual continuam a estar vinculadas a um desenvolvimento interrompido (STOCKTON, 2009, p. 25); note-se que, na mesma altura (1986) em que a homossexualidade foi retirada do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), foi acrescentado o Transtorno de Identidade de Género Infantil (também presente no CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) (STOCKTON, 2009, p. 14). A pessoa jovem produzida pelo sistema neo-colonial branco de classe média precisa de ser capaz de co-laborar futuramente, e enquanto adultx, na manutenção



desse projecto<sup>4</sup>. Para isso, xs “jovens de minorias sexuais são produzidxs através da sua ausência ou como uma área de interesse especial, como o Outro abjecto; isto é, como estranhxs e desviantes dentro do campo dos estudos da juventude” (Filax in DRIVER, 2008, p. 3). Esse processo de normalização dessexualiza e despolitiza xs jovens, “criando imagens seguras e saneadas, que se conformam com os padrões de classe média branca de visibilidade e valor” (DRIVER, 2008, p. 5). Também aqui a figura feminina é particularmente investida, com as preocupações sociais entre a pureza (de classe média branca ocidental) e a perfídia (de classe baixa, e de jovens não-brancxs) (KEHILY; MONTGOMERY, 2009).

Destaca-se aqui o papel da teoria psicanalítica na ‘descoberta’ da sexualidade juvenil: uma sexualidade ligada de forma desenvolvimentista à sexualidade adulta mas, ao mesmo tempo, separada qualitativamente desta. Essa ligação autoriza uma pedagogia das sexualidades dxs jovens como forma de garantir uma sexualidade adulta considerada saudável (*id est*, reprodutiva, heterossexual), ao mesmo tempo em que estabelece a sexualidade infantil como normal e natural. No século XVII pouca atenção era prestada à sexualidade juvenil, tendo depois, no século XVIII, começado a surgir preocupações sobre os efeitos prejudiciais para a saúde ligados, por exemplo, à masturbação. Isso foi, durante o século XIX, transformado numa questão de saúde pública, ligando o bem-estar do corpo dos jovens ao bem-estar do corpo social (ANGELIDES, 2004, p. 143; FOUCAULT, 1994). Foucault menciona, numa entrevista, como a visão de que foi Freud quem ‘descobriu’ ou ‘libertou’ a sexualidade infantil é incorrecta, a partir da sua leitura dos manuais para pais publicados durante o século XVIII, nos quais “o sexo da criança é falado constantemente e em cada possível contexto”, tendo como resultado a sexualização “do corpo infantil”, “da relação corporal entre pais e filhos” e do “domínio familiar” (FOUCAULT, 2002, p. 121).

A evolução dessa posição tem o seu culminar no fim dos anos 1970, com a luta pelo fim da estigmatização legal das relações sexuais intergeracionais, vista como um atentado à autonomia sexual dxs jovens. Só no virar da década, e com as iniciativas do movimento feminista no combate à violência sexual contra crianças e jovens, é que se inverte a posição, focando-se o discurso na incapacidade que crianças e jovens têm de consentir a relações sexuais com adultos, com base num modelo “«soberano» ou «jurídico», que constrói o poder como sendo algo que xs adultos possuem e

<sup>4</sup> Com a ressalva de que o exposto acima não preclui a mobilização política retórica da figura da Criança (até a expensas de crianças efectivas) para uma reapropriação neoliberal das reivindicações do movimento LGB, como foi o paradigmático caso do discurso do então Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates, que invocou “as nossas crianças” como razão para a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo – mas sem os direitos conexos de adopção e co-adopção (SANTOS, 2013).



as crianças não” (ANGELIDES, 2004, p. 150). Recupera-se a retórica da pureza originária em cruzamento com a perspectiva freudiana de uma sexualidade *especificamente* juvenil que precisa de ser resguardada do domínio da sexualidade adulta. Cria-se uma visão prescritiva de e para adultxs sobre o que a juventude tem que ser (KEHILY; MONTGOMERY, 2009, p. 85).

Decorrente dessa visão surge então um reforço do poder dxs adultxs (ATTWOOD; SMITH, 2011): xs jovens são remetidxs ao seu lugar liminar, a sua sexualidade é tratada como um fenómeno plástico, experimental e em potência, e xs adultxs são quem têm a obrigação de guardar essa passagem, de transformar a potência em essência (ANGELIDES, 2004, p. 164; ROBINSON, 2012), de definir o que é ou não considerado próprio (para a idade, para o género, para a classe social) e que, ironicamente, não exclui marcadores de feminilidade adulta e sexuada como trens de cozinha oferecidos como brinquedos, exemplo dado por Heather Montgomery (2010, p. 397). Por outro lado, xs próprixs jovens gerem a (in)visibilidade das suas práticas em tensão com as expectativas dxs adultxs em seu redor, performando uma inocência que advém da *necessidade* que xs adultxs têm de ver essa inocência nxs jovens (HOLFORD; RENOLD; HUUKI, 2013).

A produção social da (hetero-)sexualidade é a produção de papéis de género que facilitam a assimilação a essa estrutura heteronormativa ocidental afluyente binária (MELLOR, 2012), dentro de um enquadramento proteccionista de *algumas* juventudes, na medida em que as juventudes que violam essa performatividade de sexo/género são tornadas anátema, como com jovens LGBTQ (EGAN; HAWKES, 2009).

A sociedade em si, ironicamente vista por pessoas adultas como ‘sexualizada’, aliada a uma visão de incompletude e fragilidade da juventude, cria uma dinâmica fortíssima. Graças à sua conceptualização como fluída e mutável, a sexualidade juvenil é entendida como sendo particularmente influenciável por exposição a qualquer modelo ou representação existente (o que legitima a intervenção adulta) – um modelo exossomático da construção da subjectividade sexual (EGAN; HAWKES, 2009, p. 393) que legitima e faz requerer a intervenção estatal (BAIRD, 2013; FISCHER, 2013).

Considera-se que a forma que essa sexualidade jovem toma é resultado desse conjunto de exposições a factores externos que produzem configurações patológicas ou desviantes de sexualidade – os *media* e a comunicação em geral seriam então uma das fontes mais fortes de modelos sexuais, e mais passíveis de despoletar um início sexual (entendido como precoce) que



traria consigo riscos acrescidos, dada a falta de maturidade e informação (entendida como intrínseca); isso justificaria excluir a voz dxs jovens do debate sobre esse assunto (EGAN; HAWKES, 2009, p. 391, 392).

Esse controlo aumenta, porém, o potencial transgressivo de se associar juventude e sexualidade; comentando a avaliação do que constitui pornografia infantil, especialmente em casos em que se trata apenas de animação, Fischel (2013) nota como a lei apela ao cidadão-vigilante que adopte o *gaze* pedofílico perante qualquer imagem de crianças (reais ou não) que veja nos *media* – cada pessoa se torna vigilante incorporando a perspectiva da figura pedófila, tenta pensar a partir da projecção feita do lugar pedofílico.

Note-se que, dentro do sistema binário de género, “jovens” aqui quer dizer, geralmente, jovens *raparigas*, já que são quem se considera serem efectivamente vulneráveis<sup>5</sup> (HAWKES; DUNE, 2013); os rapazes poderão, no máximo, ver mais ou menos estimuladas as suas tendências e impulsos, tidos por inerentes e *proactivos*.

Esse contexto forma então o espectro da “sociedade sexualizada”, um ambiente totalmente saturado de sexo que multiplica as origens do risco e que pode provocar a emulação dos conteúdos recebidos, considerados inadequados para o seu estágio de desenvolvimento – e cujo resultado final é o jovem como agente de desejo (EGAN; HAWKES, 2009), apenas na medida em que se auto-objectifica (HAWKES; DUNE, 2013).

Opera-se uma confluência entre sexualidade e sexualização, com marcas classistas: as raparigas de classe baixa são possuidoras de uma sexualidade corrompida pela sexualização, ao passo que as raparigas economicamente favorecidas têm uma sexualidade que pode e deve ser protegida do processo de sexualização cultural (DUSCHINSKY, 2013a). Essas visões são frequentemente replicadas por educadorxs e outrxs jovens, que reinscrevem as *outras* raparigas dentro do binómio pura/puta nas mesmas linhas (BRAGG et al., 2011; DUSCHINSKY, 2013b).

A narrativa pós-feminista e neoliberal coloca o assunto em termos de escolha pessoal, elidindo o papel normativo que as expectativas sociais e as desigualdades de literacia e de acesso a sistemas

<sup>5</sup> A histórica e a ninfomaníaca são aqui exemplos de tropos culturais paradigmáticos, na medida em que não encontram qualquer correspondente masculino. Ainda que, no caso de alguns homens (particularmente de classe baixa, ou não-brancos) pudessem ser identificados excessos de comportamento ou desejo, nunca existiu uma mobilização cultural capaz de rivalizar com a administração médico-psiquiátrica da sexualidade, do corpo e do desejo das mulheres e de corpos considerados sexualmente desviantes (como é o caso dos ‘invertidos’, termo historicamente associado à homossexualidade).



simbólicos autónomos de representação têm junto de pessoas jovens. Criticar esta visão dicotómica (individual/estrutural) implica referir como ela pressupõe uma visão compulsória do agenciamento sexual (Gil in DUSCHINSKY, 2013a, p. 352). Robbie Duschinsky (2013b) mostra assim como existe, para jovens mulheres, uma injunção compulsória para performar a *sexiness* (ser desejável dentro do padrão heterossexual) mas também para evitar performar a figura da ‘oferecida’.

Essa injunção coexiste em tensão com as regras sobre o que é etariamente e genderizadamente adequado, facilitando um contexto em que o controlo ou a avaliação moral (por parte de pares e adultxs) são particularmente férteis e fáceis de aplicar, criando pressão sobre as jovens raparigas e pessoas que não se enquadram no sistema dicotómico de género face à sua *performance* de género, e que não encontra equivalente no caso dos rapazes, ainda que também esses estejam envolvidos em mensagens aparentemente contraditórias sobre masculinidade e respeito ou cavalheirismo. A isso chamam Renold e Ringrose (2011) as condições esquizóides de viver jovens feminilidades, com que raparigas, ou pessoas socializadas enquanto tais, contendem actualmente.

Essa avaliação não toma em conta que xs jovens envolvidxs têm uma leitura própria sobre as suas práticas, projectando assim valores e receios adultos que os codificam de formas diferentes (BRAGG et al., 2011; BUCKINGHAM et al., 2010). Também presume, como aponta Buckingham, que o significado das mensagens mediáticas é fixo, assim como a valoração subjacente e a forma como esses dois elementos são percebidos pelxs jovens, tidxs como menos capazes de resistir aos supostos efeitos hipodérmicos dos *media* têm (BUCKINGHAM, 2011, p. 135).

Para esse autor, falar de sexualização é aplicar uma leitura *post hoc* a um conjunto variado de resultados não necessariamente coerentes ou articulados entre si (BUCKINGHAM, 2011, p. 137). Para Duschinsky, o termo funciona como um conceito-chapéu, que fica “ambíguo até observarmos a forma como delineia e ramifica os possíveis significados dos seus elementos constituintes”, operando como uma “teoria interpretativa” (DUSCHINSKY, 2013b, p. 257). Uma teoria da sexualização tem como efeito o deslocamento da responsabilidade de quaisquer problemas ou desigualdades de género e de orientação sexual para a acção dos *media* enquanto fornecedores de produtos ou dxs jovens enquanto consumidores, ocludindo que o investimento valorativo feito sobre os corpos de pessoas socializadas enquanto raparigas tem a sua génese na cultura que subjaz tanto os *media*, como xs jovens, como xs adultxs preocupadxs (2013b).



Emma Renold e Jessica Ringrose (2011, 2013) definem claramente quais os efeitos performativos do discurso da sexualização das raparigas:

- codifica quase todas as expressões sexuais (e.g.: desejo sexual) e preocupações associadas (e.g.: imagem corporal, violência sexual, etc.) como um efeito, e portanto prova de, ‘sexualização’;
- foca-se exclusivamente nos efeitos prejudiciais da exposição aos *media*, com pouca análise a como as próprias raparigas criam significados e negociam o papel dos *media* no seu dia-a-dia;
- produz uma ‘futuresologia assustadora’ (Smith, 2010), com ênfase excessiva no proteccionismo, vitimização e objectificação;
- nega o agenciamento sexual das raparigas, os seus direitos e prazeres (incluindo a forma como a erotização da inocência faz parte das práticas de subjectificação sexual das próprias raparigas);
- renova estruturas binárias em torno de uma sexualidade masculina activa e predatória, contra uma sexualidade feminina não-agencial e passiva (e onde a sexualidade das raparigas está sempre em risco e é sempre um risco);
- encoraja posicionamentos de ‘isto ou aquilo’ por parte de *stakeholders*, no que diz respeito à relação entre empoderamento sexual e prazer *versus* perigo sexual e proteccionismo;
- legitima uma trajectória desenvolvimentista linear heteronormativa de sexualidade feminina *heterossexual* ‘saudável’;
- opera como um pânico [moral] de classe média branca em relação ao desejo por, e perda de, uma inocência classista e racializada, reproduzindo a alteridade da classe trabalhadora/culturas raciais como demonstrativas de hiper-sexualização; e
- recusa quaisquer considerações psicanalíticas de como as raparigas vivem sob o fardo dos desejos, projecções e fantasias de adultos (RENOLD; RINGROSE, 2013, p. 248, 249).

Por seu lado, Cas Wouters (2010) adopta uma perspectiva mais histórica e enquadra a ‘sexualização’ como sendo a expressão de uma questão mais alargada, nomeadamente a da informalização das regras sociais em torno de interacções interpessoais. Wouters defende que, começando no Renascimento e estendendo-se até perto do fim do século XIX, se deu um longo processo de formalização de relações sociais que implicou uma componente de dessexualização, e em que o prestígio dos homens burgueses estava parcialmente indexado à sua capacidade de manter uma face pública respeitável, mas também de manter respeitável a sua capacidade de exercer controlo sobre a família. Só perto da viragem do século XX é que esse processo se começa a inverter e as relações interpessoais começam a informalizar-se, abrindo espaço para um maior peso de elementos sexualizados nessas relações.

O discurso de sexualização encaixa-se não apenas na lógica de um pânico moral, mas também na lógica de um pânico mediático, que essencializa a rapariga inocente em perigo (DUSCHINSKY;





BARKER, 2013; ROBINSON, 2012). O pânico mediático diz respeito não apenas ao uso dos *media* como veículos de um pânico moral, mas sobretudo a como os próprios *media* são vistos como a causa ou um componente central desse mesmo pânico (BUCKINGHAM; STRANDGAARD JENSEN, 2012; GARLAND, 2008; GOODE; BEN-YEHUDA, 2009). Esses pânicos podem também ser entendidos como instâncias voláteis, temporalmente limitadas, de outros processos, mais vastos, de governamentalidade (BRAGG et al., 2011) e de investimento na construção de um futuro específico que fica perigado quando os jovens estão em perigo (KELLY, 2001).

Também a posição de escuta se encontra policiada. Se o conhecimento também marca a perda da inocência, aquilo que jovens podem ou não saber, e o que *devem* ou não saber, está vinculado a prescrições sobre o que é ‘adequado à idade’, e sobre o que constitui conhecimento nocivo e conhecimento útil (ou seja, que pode ou não mobilizar uma boa cidadania heterocentrada) (ROBINSON, 2012). É essa preocupação com a exposição ‘excessiva’ a informação considerada desadequada que pode acabar por amplificar os riscos que se apresentam no quotidiano dxs jovens, deixando certas temáticas ou abordagens como estando para além do socialmente aceitável. Esse elemento não é despidendo na maneira como xs jovens se apresentavam perante adultxs ou pares. Cria-se um discurso normativo sobre que posições morais de avaliação estão conotadas com a idade adulta: e que discursos as pessoas jovens precisam de apropriar e readaptar para performar e validar a sua própria saída da liminalidade adolescente.

Não quer isso dizer que a juventude ou a adolescência é liminar no sentido clássico do termo – ou seja, que constitui um período de passagem com marcadores e ritos de entrada e saída – mas sim que ela ainda é tratada dessa forma, num mundo focado e definido por e para adultxs. Na prática, porém, a instabilidade biográfica, a indefinição de papéis e a incerteza generalizada não são marca específica apenas de um recorte etário ou geracional, mas sim o resultado de processos macrossociais transversais (LECCARDI; RUSPINI, 2006, p. 2).

## 5. O que está em jogo: reconhecimento identitário e social pleno

Na convergência dessas análises formula-se um problema específico: a recusa de se reconhecerem, a jovens adolescentes, direitos ligados aos seus próprios corpos, às suas sexualidades e à sua autonomia enquanto sujeitos políticos.



Cindi Katz defende que a juventude, quando abordada de um ponto de vista espectacular, tem vindo a ser sujeita e usada segundo três processos diferentes: 1) *estratégia de acumulação*, na medida em que, no meio de tanta incerteza, os jovens voltam a ter um valor económico como garantia de tranquilidade para xs educadorxs ou família na terceira idade, para além do seu valor psicológico e representando a mão-de-obra/massa consumidora que tornará o Estado-Providência viável e que poderá assim resgatar o futuro; 2) *ornamentação*, já que jovens adicionam valor às coisas a que são mercantilisticamente associados; 3) *desperdício*, porque se corre o risco de uma falência na obtenção dos resultados pretendidos, resultando numa juventude desperdiçada, evitável com melhores sistemas de governamentalidade (KATZ, 2008, p. 9–15).

Ser-se adultx é, afinal de contas, conseguir reconhecer-se como adultx mas *também e fundamentalmente* ser-se reconhecidx como tal. Se para Erikson, Piaget, Freud e muitos outrxs autorxs, a idade adulta se liga à obtenção das características plenas de maturidade que permitem constituir um sentido de identidade, o mesmo pode ser sociologicamente rearticulado ao nível da identidade enquanto processo de reconhecimento social: “a idade adulta enquanto pessoalidade [...] sublinha a grande complexidade de assimetrias de poder extantes, especialmente quando confrontada com as categorias mais estabelecidas de género, classe social e etnia” (BLATTERER, 2007, p. 780). Existe uma forte associação entre ser adultx e ser uma *pessoa* (de pleno direito), seja qual for a definição usada em cada cultura do que é uma criança ou de adultície. Importa, portanto, desconstruir criticamente a sedimentação dessas distinções normalizadoras; *queerizá-las* (ANGELIDES, 2004).

Como diz Kerry Robinson (2012), as pessoas jovens têm uma “cidadania difícil” – especialmente no que diz respeito ao campo da sexualidade, em que os seus direitos são geralmente enquadrados do lado da necessidade de protecção mas poucas vezes enquadrados como expressão de agenciamento próprio. O espaço da casa é construído como o âmbito da segurança, mas é nesse mesmo espaço que ocorrem, na sociedade ocidental industrializada, o maior número de ataques sexuais contra crianças; ‘proteger’ jovens de conteúdos considerados pouco adequados e policiar o tipo de discursos a que têm acesso entra em clara dissonância com o número de suicídios de jovens de várias minorias. Trata-se, portanto, para Egan e Hawkes (2009), de reconhecer (legalmente e socialmente) que xs jovens são conhecedorxs dos seus mundos, co-construtorxs dos mesmos, e que as narrativas sobre o que é uma sexualidade “saudável” e os pressupostos associados à heteronormatividade também matam. De recordar que xs jovens, e em especial as raparigas e as pessoas que não se enquadram dentro do sistema binário de género ou



do sistema heteronormativo, são encaradxs de forma passiva, como vítimas de sexualização e de infecção por parte da cultura, desconsiderando-se os potenciais para uma educação crítica e para aprendizagem e crescimento pessoais (TSALIKI, 2015).

Nesse contexto, e contrariando mesmo a existência de um suposto percurso desenvolvimentista objectivo, crianças e adolescentes são frequentemente tratadxs e referidos da mesma forma (DUSCHINSKY, 2013a). As raparigas e outras pessoas de géneros e sexualidades não-normativos têm a sua sexualidade enquadrada *à parte*, como já fragilizada ou como especificamente em perigo, sem qualquer redenção ou agenciamento; as práticas de resistência e subversão empregues por jovens são frequentemente apagadas do discurso público ou reenquadradas como parte do diagnóstico do problema (RENOLD; RINGROSE, 2011, 2013). Como já abordado acima, mesmo dentro da juventude existem *juventudes* – e o género é um dos principais constituintes dessa segregação. As jovens raparigas (e pessoas socializadas dessa forma) são sempre enquadradas como estando em especial risco, ou sendo especialmente perigosas, em vários pontos da história ocidental – seja pela possibilidade de gravidez, seja pela possibilidade de agirem enquanto ‘desencaminhadoras’ de um ‘bom’ desenvolvimento masculino (ver, entre outrxs, McClelland & Hunter (2013)).

Não caindo no erro que Foucault denuncia, de procurar entender liberdade como libertação da verdade sobre o desejo, é ainda assim importante entender que a ideia de liberdade tem utilidade política. Tem-no tanto na acepção positiva como na negativa: na possibilidade de xs jovens poderem afirmar a sua cidadania sexual (o que não passa necessariamente por actividades sexuais), como na possibilidade de poderem não ser expostos a materiais e sujeitos a condições ou acções por parte de terceiros que violem os seus direitos e as suas vontades (FAHS, 2014). Para Breanne Fahs, o imaginário sexual e de cidadania íntima que jovens têm à sua disposição está largamente construído dentro do contexto da sexualidade heteronormativa patriarcal, independentemente do seu género.

E é no seio da família que facilmente se naturalizam relações baseadas num reconhecimento desigual: adultxs que educam e xs filhxs que são educadxs. Não é preciso, defende Arabella Lyon (2013, p. 508), que algum direito de crianças específicas seja violado para que se encontrem desde logo numa posição politicamente precária. Lyon (2013, p. 513) vai mais longe e questiona se não é necessário, fazendo um paralelismo com Monique Wittig (1980, 2010), encarar como “rapariga” ou “criança” podem representar a incapacidade de reconhecer nxs jovens sujeitos com agenciamento pleno, sendo sempre necessário que um outro actor social (o Estado, a Escola, a Família, a ONU, x



psicólogo, x geneticista) defina quais são as suas vontades, e que o faça com uma linguagem e com processos que promovem a sua exclusão.

## 6. Conclusão

As considerações acima procuraram mostrar como, a partir de um neo-positivismo que continua a investir profundamente a fisicalidade enquanto elemento de veredicto sobre a juventude, os discursos contemporaneamente validados sobre a juventude operaram e operam ainda para a manutenção de estruturas históricas normativas de poder – patriarcal, branco, de classe alta, heterossexual. A crítica queerfeminista mostra o funcionamento dessa retórica, construída em torno de uma visão normalizada da adultície, tomada como teleologia que dá sentido à juventude.

O trabalho de várixs autorxs – de entre os quais se destaca Lee Edelman – critica o uso político de jovens como justificação política para que adultxs possam fazer valer os seus próprios interesses e agendas, mantendo os adolescentes numa existência negativa em termos de direitos e de voz, em nome do ‘futuro’ da sociedade (COBB, 2005; EDELMAN, 2004; LESNIK-OBERSTEIN, 2010). Edelman fala de “futurismo reprodutivo” na sua crítica do uso da figura da Criança – muitas vezes feito até pelo movimento LGBT como forma de validar a sua própria normalidade, reinscrevendo o sistema heteropatriarcal e alimentando uma visão normativa do que ‘o futuro’ deve ser, algo antitético ao *estranhamento* que marca uma abordagem política *queer*.

Isso não implica, porém, que a figura da Criança esteja necessariamente imbuída deste efeito normalizador. Kathryn Stockton (2009) mostra como se pode *queerizar* a leitura de representações e práticas que até podem ser inicialmente pensadas para a manutenção desse efeito normalizador. A análise que a autora faz de várias obras de ficção ocidentais baseia-se justamente na ideia de que podem existir outros sentidos de alteração que não sejam (apenas) o crescimento linear orientado para esses objectivos normativos (que não sejam, portanto, a maturação em função da adultície). A figura da Criança pode ser e crescer transviada, *queerizada*, e politizada enquanto tal ou, mais importante ainda, politizar-se enquanto tal, a partir da crítica *queerfeminista*, a partir do princípio de que não é sustentável, numa sociedade *queerizada*, a existência de quaisquer formas de cidadania inferior.



## Referências

- ANGELIDES, S. Feminism, child sexual abuse, and the erasure of child sexuality. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, v. 10, n. 2, p. 141–177, 2004.
- ATTWOOD, F.; SMITH, C. Investigating young people's sexual cultures: an introduction. *Sex Education*, v. 11, n. 3, p. 235–242, 2011.
- BAIRD, B. National virtue and the “media sexualisation of children” discourse in Australia. *Sexualities*, v. 16, n. 5–6, p. 651–664, 30 ago. 2013.
- BLATTERER, H. Contemporary adulthood. *Current Sociology*, v. 55, n. 6, p. 771–792, 2007.
- BLATTERER, H. The changing semantics of youth and adulthood. *Cultural Sociology*, v. 4, n. 1, p. 63–79, 2010.
- BRAGG, S. et al. Too much, too soon? Children, ‘sexualization’ and consumer culture. *Sex Education*, v. 11, n. 3, p. 279–292, 2011.
- BUCKINGHAM, D. et al. *Sexualised goods aimed at children: a report to the Scottish Parliament Equal Opportunities Committee*. Edinburgh: Scottish Parliament Equal Opportunities Committee, 2010. Disponível em: <<http://www.scottish.parliament.uk/s3/committees/equal/reports-10/eor10-02.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2013.
- BUCKINGHAM, D. *The material child: growing up in consumer culture*. Cambridge: Polity Press, 2011.
- BUCKINGHAM, D.; STRANDGAARD JENSEN, H. Beyond “media panics”: reconceptualising public debates around children and media. *Journal of Children and Media*, v. 6, n. 4, p. 413–429, 2012.
- BURMAN, E.; STACEY, J. The child and childhood in feminist theory. *Feminist Theory*, v. 11, n. 3, p. 227–240, 2010.
- CASTAÑEDA, C. *Figurations: child, bodies, worlds*. Durham: Duke University Press, 2002.
- COBB, M. L. Childlike: Queer theory and its children. *Criticism*, v. 47, n. 1, p. 119–130, 2005.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil planaltos: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.
- DRIVER, S. *Queer youth cultures*. Albany: State University of New York Press, 2008.
- DUSCHINSKY, R. Sexualization: A state of injury. *Theory & Psychology*, v. 23, n. 3, p. 351–370, 2013a.
- DUSCHINSKY, R. What does sexualisation mean? *Feminist Theory*, v. 14, n. 3, p. 255–264, 2013b.
- DUSCHINSKY, R.; BARKER, M. Doing the möbius strip: the politics of the Bailey Review. *Sexualities*, v. 16, n. 5–6, p. 730–742, 2013.
- EDELMAN, L. *No future: queer theory and the death drive*. Durham: Duke University Press, 2004.
- EGAN, R. D.; HAWKES, G. The problem with protection: Or, why we need to move towards recognition and the sexual agency of children. *Continuum*, v. 23, n. 3, p. 389–400, 2009.
- EGAN, R. D.; HAWKES, G. Disavowal and foundational fantasies: a psychosocial exploration of the class, race and the social construction of the sexual child in the Anglophone West. *Sexualities*, v. 16, n. 5–6, p. 635–650, 2013.
- FAHS, B. ‘Freedom to’ and ‘freedom from’: A new vision for sex-positive politics. *Sexualities*, v. 17, n. 3, p. 267–290, 2014.
- FISCHEL, J. J. Pornographic protections? Itineraries of childhood innocence. *Law, Culture and the Humanities*, v. 0, n. 0, p. 1–15, 2013.



- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Lisboa: Relógio d'Água, 1994.
- FOUCAULT, M. Truth and Power. In: FAUBION, J. (Ed.). *The essential works of Michel Foucault, 1954-1984: power*. London: Penguin, 2002. p. 111–133.
- GARLAND, D. On the concept of moral panic. *Crime, Media, Culture*, v. 4, n. 1, p. 9–30, 2008.
- GITTINS, D. The historical construction of childhood. In: KEHILY, M. J. (Ed.). *An introduction to childhood studies*. 2nd. ed. London: Open University Press, 2009. p. 35–49.
- GOODE, E.; BEN-YEHUDA, N. *Moral panics: the social construction of deviance*. 2. ed. Chichester, U.K.; Malden, Massachusetts: Wiley-Blackwell, 2009.
- GOULD, S. J. *The mismeasure of man*. 2. ed. New York: W.W. Norton, 2008.
- HAWKES, G.; DUNE, T. Introduction: narratives of the sexual child: Shared themes and shared challenges. *Sexualities*, v. 16, n. 5–6, p. 622–634, 2013.
- HOLFORD, N.; RENOLD, E.; HUUKI, T. What (else) can a kiss do? Theorizing the power plays in young children's sexual cultures. *Sexualities*, v. 16, n. 5–6, p. 710–729, 2013.
- KATZ, C. Cultural geographies lecture. Childhood as spectacle: relays of anxiety and the reconfiguration of the child. *Cultural Geographies*, v. 15, n. 1, p. 5–17, 2008.
- KEHILY, M. J.; MONTGOMERY, H. Innocence and experience: a historical approach to childhood and sexuality. In: *An introduction to childhood studies*. 2. ed. London: Open University Press, 2009. p. 70–89.
- KELLY, P. Youth at risk: processes of individualisation and responsabilisation in the risk society. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, v. 22, n. 1, p. 23–33, 2001.
- LECCARDI, C.; RUSPINI, E. Introduction. In: LECCARDI, C.; RUSPINI, E. (Eds.). *A new youth? Young people, generations and family life*. Aldershot, England; Burlington, VT: Ashgate, 2006. p. 1–11.
- LEE, N.; MOTZKAU, J. Navigating the bio-politics of childhood. *Childhood*, v. 18, n. 1, p. 7–19, 2011.
- LESKO, N. Denaturalizing Adolescence: The politics of contemporary representations. *Youth & Society*, v. 28, n. 2, p. 139–161, 1996.
- LESNIK-OBERSTEIN, K. Childhood, queer theory, and feminism. *Feminist Theory*, v. 11, n. 3, p. 309–321, 2010.
- LYON, A. Recognizing children: if all recognition is misrecognition. *JAC Online*, v. 33, n. 3–4, p. 507–515, 2013.
- MCCLELLAND, S. I.; HUNTER, L. E. Bodies that are always out of line: a closer look at “Age Appropriate Sexuality”. In: FAHS, B.; DUDY, M.; STAGE, S. (Eds.). *The moral panics of sexuality*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York, NY: Palgrave Macmillan, 2013. p. 59–76.
- MCNAMEE, S. Foucault's heterotopia and children's everyday lives. *Childhood*, v. 7, n. 4, p. 479–492, 2000.
- MELLOR, D. The doing it debate: sexual pedagogy and the disciplining of the child/adult boundary. *Sexualities*, v. 15, n. 3–4, p. 437–454, 2012.
- PINTO, P.; NOGUEIRA, M. DA C.; OLIVEIRA, J. M. DE. Minding the body, sexing the brain: hormonal truth and the post-feminist hermeneutics of adolescence. *Feminist Theory*, v. 13, n. 3, p. 305–323, 2012.
- RABINOW, P. Artificiality and enlightenment: from sociobiology to biosociality. In: *Essays on the anthropology of reason*. Princeton studies in culture/power/history. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1996. p. 91–111.
- RENOLD, E.; RINGROSE, J. Schizoid subjectivities?: re-theorizing teen girls' sexual cultures in an era of “sexualization”. *Journal of Sociology*, v. 47, n. 4, p. 389–409, 2011.
- RENOLD, E.; RINGROSE, J. Feminisms re-figuring ‘sexualisation’, sexuality and ‘the girl’. *Feminist Theory*, v. 14, n. 3, p. 247–254, 2013.





- ROBINSON, K. H. "Difficult citizenship": the precarious relationships between childhood, sexuality and access to knowledge. *Sexualities*, v. 15, n. 3–4, p. 257–276, 2012.
- SANTOS, A. C. Are we there yet? Queer sexual encounters, legal recognition and homonormativity. *Journal of Gender Studies*, v. 22, n. 1, p. 54–64, 2013.
- STOCKTON, K. B. *The queer child, or growing sideways in the twentieth century*. Durham: Duke University Press, 2009.
- TAYLOR, A. Reconceptualizing the "nature" of childhood. *Childhood*, v. 18, n. 4, p. 420–433, 2011.
- THOMPSON, K. Because looks can be deceiving: media alarm and the sexualisation of childhood - do we know what we mean? *Journal of Gender Studies*, v. 19, p. 395–400, 2010.
- TSALIKI, L. Popular culture and moral panics about 'children at risk': revisiting the sexualisation-of-young-girls debate. *Sex Education*, v. 15, n. 5, p. 500–514, 2015.
- WELLS, K. C. *Childhood in a global perspective*. Cambridge, UK; Malden, Massachusetts: Polity Press, 2009.
- WITTIG, M. The straight mind. *Feminist Issues*, v. 1, n. 1, p. 103–111, 1980.
- WITTIG, M. One is not born a woman. In: MCCANN, C. R.; KIM, S.-K. (Eds.). *Feminist theory reader: local and global perspectives*. New York: Routledge, 2010. p. 243–249.
- WOODHEAD, M. Childhood studies: past, present and future. In: KEHILY, M. J. (Ed.). *An introduction to childhood studies*. 2nd ed. London: Open University Press, 2009. p. 17–31.
- WOUTERS, C. Sexualization: have sexualization processes changed direction? *Sexualities*, v. 13, n. 6, p. 723–741, 2010.

